

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2005/2006

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PARTICULARES DE LONDRINA E NORTE DO PARANÁ, CNPJ: 00.094.015/0001-66, Código Sindical 02700005271-1, com sede na rua Delaine Negro, 75 Alto da Colina - Londrina-PR, Presidente: *Eloir Martins Valença*, CPF: 364.151.979-91, de um lado e de outro o SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PARANÁ - SECRASO-PR, CNPJ: 81.105.025/0001-51, Código Sindical 000.537.03767-5, com sede na av. Marechal Floriano Peixoto nº 306 - 23º andar - conjunto 234 - Curitiba-PR, Presidente: Milton Garcia, CPF: 171.338.669-00 por seus respectivos e legais representantes que esta subscrevem, com fundamento no inciso XXVI, do artigo 7º da Constituição Federal e nos artigos 611 ao 625, da Consolidação das Leis do Trabalho, após cumpridas que foram as formalidades legais em vigor, celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, regendo-se pelas cláusulas e condições que se seguem, aplicadas para as entidades que atuam na educação infantil.

CLÁUSULA 01 VIGÊNCIA

O prazo de vigência, CCT, por se tratar de uma Convenção Coletiva de Trabalho de transição de uma categoria para outra, será de 07 (sete) meses, iniciando em 1º de agosto de 2005 e findando em 28 de fevereiro de 2006.

CLÁUSULA 02 DO ENQUADRAMENTO A LDB

Dentro do prazo concedido para enquadramento nos termos da LDB, da educação, deverão os empregadores efetuar o registro como Professores, dos profissionais que atendam aos requisitos da referida legislação.

Parágrafo Único: O SINPRO- LDNPR e o SECRASO-Pr, com objetivo de reconhecer a qualificação profissional para o exercício da docência, estabelecem que a partir da assinatura da presente convenção coletiva, fica proibida a contratação de empregado sem a devida habilitação profissional prevista da legislação.

CLÁUSULA 03 REAJUSTE SALARIAL

O reajuste salarial da categoria profissional agora convencionado será de 4,5% (quatro virgula cinco por cento) a incidir sobre os salários vigentes em agosto de 2005.

§ 1.º - Fica convencionado que a data base da categoria será março.

§ 2.º - Este reajuste engloba e extingue todos os interesses de atualização do período revisado, sendo facultado a Entidade o desconto das antecipações legais, convencionais ou espontâneas efetuadas no período.

CLÁUSULA 04 PISO SALARIAL

Fica estipulado o piso salarial a vigorar a partir de 01/08/2005 em R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais) mensal, já incluído o pagamento do repouso semanal remunerado, para os professores, que lecionam junto à educação infantil (pré-escolar: um a três e três a seis anos).

Parágrafo Único: Os sindicatos convenientes se comprometem a desenvolver uma política salarial com objetivo de valorização profissional, buscando a equiparação ao maior piso mínimo praticado nas convenções coletivas assinadas pelo SINPRO- LDNPR.

CLÁUSULA 05 AUXÍLIO CRECHE

Os empregadores pagarão vale creche para suas empregadas mães, independente do número de empregadas, no valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais), por filho de qualquer natureza, com idade até seis meses, inclusive.

Parágrafo Único – As entidades que fornecem vagas para os filhos dos seus empregados, estarão isentas do pagamento do valor estipulado no caput desta cláusula.

CLÁUSULA 06 FÉRIAS COLETIVAS OU INDIVIDUAIS

O início das férias coletivas ou individuais, não poderão coincidir com sábados, domingos ou feriados.

CLÁUSULA 07 AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo o falecimento do empregado, a Entidade envidará esforços no sentido de conceder auxílio funeral à sua família, em valor a ser estipulado pelo empregador dentro de sua disponibilidade.

CLÁUSULA 08 SUBSTITUIÇÃO EM CARGO SUPERIOR

O empregado que ocupar cargo superior, em substituição, fará jus a salário igual ao do substituído, durante o período da substituição, desde que esta seja superior a 30 (trinta) dias consecutivos no mês, exceto o período referente a férias do substituído ou afastamento médico. Havendo vacância do cargo não se caracterizará a substituição.

CLÁUSULA 09 JORNADA DUPLA

Fica estabelecida a possibilidade de, através de documento escrito, ser fixado, entre a ENTIDADE EMPREGADORA, o SECRASO-PR, o SINPRO-LDNPR e o PROFESSOR, jornada diária de trabalho superior à prevista no Art. 318 da CLT, seja completando um segundo período integral, seja ultrapassando as seis horas intercaladas, sem que isto demande direito ao recebimento das excedentes como extras, mas evidentemente assegurado o pagamento de todas as horas assim trabalhadas com base no salário hora sem o adicional, porem acrescido do DSR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Sempre que por necessidade imperiosa, a jornada diária ultrapassar a 8 (oito) horas, as excedentes deverão ser remuneradas com o adicional de horas extras.

CLÁUSULA 10 UNIFORMES E EPI's

Sempre que exigidos, por força de Lei ou deliberação do empregador, os uniformes e EPI's serão fornecidos gratuitamente e substituídos por desgaste de uso normal. Ocorrendo negligência do empregado na guarda ou uso do uniforme ou EPI's, a reposição dos mesmos poderá ser cobrada.

CLÁUSULA 11 LOCAL PARA REFEIÇÕES

As Entidades com mais de 20 (vinte) empregados destinarão local, com boas condições de higiene, para refeições e lanches de seus empregados, sendo opcional ao empregador, o fornecimento de alimentação, total ou parcial, sem que isso venha constituir qualquer acréscimo ao salário, nele não produzindo reflexos.

CLÁUSULA 12 SEGURO DE VIDA

A critério de cada Entidade, poderá ser contratado seguro de vida em grupo, em favor do empregado, mediante anuência prévia, por escrito, do mesmo, sendo decidido entre as partes o percentual de pagamento de cada um.

CLÁUSULA 13 ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos, fornecidos pelos respectivos profissionais, servirão como prova idônea para justificar ausência do trabalho.

CLÁUSULA 14 ABONO DE FALTAS

As faltas para atendimento médico de dependentes previdenciários menores de 6 (seis) anos, desde que devidamente comprovadas, no prazo de 03 (três) dias, por atestado passado pelo profissional que prestou a assistência, serão abonadas pela Entidade sempre que não ultrapassar a 1 (uma) falta por trimestre.

CLÁUSULA 15 REUNIÕES DE SERVIÇO

As reuniões de serviço, quando de comparecimento obrigatório, serão realizadas durante a jornada de trabalho ou, se fora dela, mediante pagamento de horas extras.

CLÁUSULA 16 ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Aos empregados que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria e que contêm, no mínimo, 10 (dez) anos de serviço na Entidade, fica assegurada a garantia ao emprego e salário durante o período que falta à aposentadoria, considerando a legislação previdenciária, ressalvados os casos de justa causa, adquirido o direito à aposentadoria sem que o requeira, perderá tal garantia.

CLÁUSULA 17 PEDIDO DE RESCISÃO

No caso de pedido de rescisão de contrato de trabalho, o empregado com menos de 12 (doze) meses de serviço, sem computar o prazo de aviso prévio, terá direito a férias proporcionais, na base de 1/12 (um doze avos), por mês de serviço efetivo ou fração superior a 15 (quinze) dias, conforme sumula 261 do TST.

CLÁUSULA 18 TRABALHO EM DOMINGOS

Em razão da peculiaridade filantrópica e social do funcionamento das entidades, quando houver necessidade de atividade, aos domingos, visando angariar fundos para manutenção da instituição, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada, de modo que cada empregado, pelo menos duas vezes ao mês, tenha sua folga coincidente com o domingo.

CLÁUSULA 19 COMPENSAÇÃO DE FALTAS

As faltas que, a critério da Entidade empregadora, forem compensadas com igual carga horária em outros(s) dia(s), não serão objeto de desconto no descanso semanal remunerado, não sendo a compensação considerada como horas extras.

CLÁUSULA 20 AVISO PRÉVIO - DISPENSA

Ao empregado demitido que, durante o período de cumprimento de aviso prévio, obtiver novo emprego, deverá ser dispensado, desde que o requeira por escrito, anexando prova da nova colocação, ficando a Entidade desonerada do pagamento dos dias não trabalhados bem como de seus reflexos.

CLÁUSULA 21 MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Será devida multa, no valor de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, no caso de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 22 DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Os empregados poderão sofrer descontos em seus salários até o limite de 1/3 (um terço) do total destes e, excepcionalmente, em valores maiores, limitados a 50% (cinquenta por cento) do salário, desde que autorizados por escrito, conforme dispõe o artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho. Para obtenção do índice deverá ser considerado o total das parcelas salariais, deduzindo os descontos legais e contratuais.

CLÁUSULA 23 NEGOCIAÇÕES PERMANENTES

Os Sindicatos convenientes, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, procederão as novas negociações no sentido de manter sempre atualizadas suas cláusulas.

CLÁUSULA 24 EMPREGADA GESTANTE

À empregada gestante fica assegurada a estabilidade prevista em Lei, desde que comprove a gravidez através de atestado médico, excluídos os casos de justa causa e ressalvado o período de experiência.

CLÁUSULA 25 APLICAÇÃO DA C.C.T.

A presente Convenção Coletiva de Trabalho não se aplica àquelas Entidades que, por suas peculiaridades administrativas ou por já concederem benefícios superiores aos dela constantes, vierem a assinar, com o SINPRO-LDNPR, Acordo Coletivo de Trabalho, com a anuência do Sindicato Patronal "SECRASO/PR

CLÁUSULA 27 TAXA NEGOCIAL PATRONAL

Nos termos do artigo 513, alínea "e" da Consolidação das Leis do Trabalho e conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, sobre a folha de pagamento do mês de novembro/2005, as entidades da categoria econômica devem recolher ao SECRASO-PR, até o dia 09 de dezembro de 2005, a quantia equivalente a 3% (três por cento), e 3% (três por cento) em 08 de maio de 2006 sobre a folha de pagamento de abril de 2006 em guias fornecidas pelo Sindicato Patronal. Na eventualidade da Entidade não possuir empregados, deverá recolher nos meses de dezembro/2005 e maio/2006, a quantia equivalente a meio piso salarial a título de contribuição.

CLÁUSULA 28 DA TAXA DE REVERSÃO SALARIAL PROFISSIONAL

Os estabelecimentos de ensino descontarão dos salários e pisos de todos os docentes não sócios, percentual igual a 9% (nove por cento), em 3 (três) parcelas iguais de 3% (três por cento), nos meses de setembro, outubro e novembro de 2005.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O montante a ser descontado a este título, será recolhido impreterivelmente até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao desconto em folha de pagamento, em bloqueto bancário a ser enviada pelo Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O mesmo procedimento exigir-se-á em relação aos professores admitidos após aquela data, cujo recolhimento será feito em guia suplementar.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O não recolhimento da referida taxa por parte do estabelecimento de ensino, implicará em penalidade na forma do Art 600 da CLT.

CLÁUSULA 29

LEI FEDERAL 8.213/91, ARTIGO 93
(Portaria 1.199 – MTE de 28-10-2003)

As Entidades que tenham entre 100 a 200 empregados, terão que reservar 2% (dois por cento) das vagas para as pessoas com deficiência física. De 201 a 500 empregados, 3% (três por cento). De 501 a 1.000 empregados, 4% (quatro por cento). Acima de 1.001 empregados a reserva de vagas será de 5% (cinco por cento).

Por assim haverem convencionado, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeito, sendo uma delas encaminhada, para fins de registro e arquivo, à Delegacia Regional do Trabalho do MTE, no Estado do Paraná, de consonância com o que determina o artigo 614 da CLT.

Londrina, 01 de agosto de 2005

ELOIR MARTINS VALENÇA
Presidente do SINPRO-LDNPR

MILTON GARCIA
Presidente do SECRASO-PR